

Informativo

Lei Complementar nº 227/2026

Nesta terça-feira (13), o PLP 108/2024 recebeu sanção presencial com vetos, finalizando a etapa legislativa da reforma tributária do consumo.

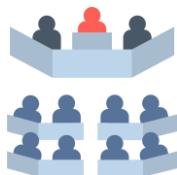
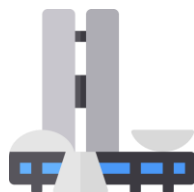
Confira o material produzido pelo Time Loria.



CONTEXTO – LINHA DO TEMPO

Junho/2024

O Poder Executivo apresenta o PLP 108/2024 à Câmara dos Deputados (casa iniciadora).



Outubro/2024

O texto-base do PLP 108 é **aprovado pela Câmara dos Deputados** em sua primeira etapa de tramitação.

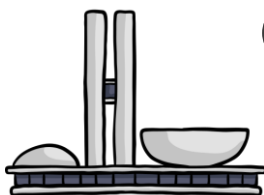
Setembro/2025

O plenário do Senado Federal aprova a **versão substitutiva** do PLP 108/2024 (com modificações em relação ao texto original da Câmara).



Dezembro/2025

A Câmara dos Deputados conclui a apreciação do PLP 108/2024, **aprova ajustes e encerrando a tramitação no Congresso Nacional**.



Janeiro/2026

No dia 13 de janeiro de 2026, o Presidente da República sanciona o projeto, **com vetos**, resultando na edição da Lei Complementar nº 227/2026.



SUMÁRIO

I. Comitê Gestor do IBS - CGIBS e Fiscalização	4
II. Processo Administrativo Tributário do IBS	5
III. Disposições Relativas à Transição do ICMS	6
IV. ITCMD	7
V. Tributos Municipais	11
VI. Mudanças na LC 214/2025	12
<ul style="list-style-type: none">• Fato gerador do IBS e da CBS• Plataformas digitais e marketplaces• Fundos de investimento• Operações com energia elétrica• Split payment• Devolução e cancelamento de operações• Benefícios a empregados• Venda de bens de uso ou consumo pessoal• Gratuidade das transações automatizadas - Apuração e cumprimento de obrigações acessórias• Unificação do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE)• Emissão de documentos fiscais consolidados• Redefinição do conceito de consumo - Importação• Responsabilidade pelo recolhimento de IBS e CBS quando houver extravio de mercadorias• Possibilidade de pagamento do IBS e da CBS em momento posterior à entrega de bens materiais importados• Redefinição do conceito de consumo – Exportação• Comprovação de exportações de bens materiais• Extensão do regime de suspensão do IBS e da CBS ao fornecimento de bens para uso ou consumo de bordo em aeronaves• Dispensa do pagamento do IBS e da CBS na importação de componentes e motores de aeronaves• Fornecimento de combustível ou lubrificante de embarcações em tráfego internacional• Medicamentos com alíquota zero• Ajustes no Regime Específico de Combustíveis• Arranjos de pagamento• Inclusão de Programas de Fidelização e de Proteção Patrimonial Mutualista no Regime de Serviços Financeiros• Ajustes na tributação das SAFs• Infrações e Penalidades• Imposto Seletivo: Alíquotas máximas• Vigência dos créditos presumidos	
VII. Principais Vetos ao PLP 108	22

I. Comitê Gestor do IBS - CGIBS e Fiscalização

- Membros serão nomeados e investidos para o exercício da função pelo prazo de 2 anos.
- As funções de Presidente e Vice-Presidentes deverão recair sobre membros titulares do Conselho Superior.
- Nova sistemática de eleição para o CGIBS provisório: indicações diretas pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), respectivamente para 13 e 14 cadeiras.
- Prazo para indicações dos Conselheiros: 15 dias contados da publicação da Lei Complementar nº 227/2026.
- Apenas o CG-IBS poderá criar obrigações acessórias do IBS para qualquer sujeito passivo e deverá implementar mecanismos de emissão de documentos fiscais consolidados.
- Entes federativos deverão registrar em sistema eletrônico o interesse em instaurar procedimento fiscalizatório com a indicação do sujeito passivo, o tipo de operação e o período fiscalizado, bem como os motivos para fiscalização – otimização e efetividade das fiscalizações pelos entes que poderão se aproveitar das informações.

II. Processo Administrativo Tributário do IBS

No **julgamento administrativo**, foi aprovada a criação da **Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS**, que será responsável pela análise de divergências jurisprudenciais.

Tanto o sujeito passivo quanto a Fazenda Pública poderão recorrer à Câmara Nacional, pela interposição de Recurso Especial, em caso de divergência na aplicação da legislação do IBS e da CBS e de decisões irrecorríveis proferidas no contencioso administrativo pelo CGIBS ou pelo CARF.

As decisões proferidas pela Câmara Nacional de Integração terão caráter **vinculante**, devendo ser observadas por toda a administração.

Na **interpretação** da legislação, há previsão de harmonização do IBS e da CBS pelo **Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias**, instância composta por integrantes da Receita Federal, estados e municípios (sem a participação dos contribuintes).

A Lei Complementar nº 227/2026 prevê mecanismo de integração entre os processos de solução de consulta relativos ao IBS e à CBS. A integração visa a emissão da solução de consulta em conjunto pelos respectivos órgãos do CGIBS e da RFB.

III. Disposições Relativas à Transição do ICMS

Escrituração dos créditos de ICMS

Prazo para escrituração: Os créditos de ICMS poderão ser escriturados após 31 de dezembro de 2032, inclusive no caso de decisões administrativas e judiciais com trânsito em julgado, desde que o período de referência seja anterior a esta data.

Prazo de homologação dos créditos: prazo de 24 meses, contado da data do protocolo.

Homologação: Não havendo decisão sobre a homologação dentro do prazo, o crédito estará homologado tendo os mesmos efeitos da homologação expressa.

Aproveitamento dos créditos: Uma vez homologado, o crédito não poderá ser objeto de revisão pelos Estados e DF e poderá ser aproveitado pelos contribuintes mediante compensação com IBS ou ICMS (a depender da concordância dos Estados e DF), transferência a terceiros para compensação ou ressarcimento em espécie.

Prazo para aproveitamento: a utilização ou recebimento dos saldos credores homologados deverá ocorrer em 240 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Créditos de ICMS – ativo permanente: os créditos de ativos poderão ser utilizados dentro do prazo remanescente de 48 meses (art. 20º, § 5º, da LC 87/96).

IV. ITCMD

Contexto: Lei geral do ITCMD que suspenderá a eficácia das leis estaduais e distritais sobre o assunto no que forem incompatíveis, Consolida definições e termos técnicos.

Definição de domicílio: (i) aplica regras gerais de fixação de domicílio previstas no art. 127 do CTN e elimina regras especiais de domicílio da versão anterior do texto, e (ii) inclui parágrafo nos artigos que tratam da sujeição ativa para prever que, em caso de multiplicidade de domicílio, se presumirá como domicílio aquele informado na declaração de rendimentos (DAA).

Imunidade: Inclui previsão de imunidade nas seguintes hipóteses:

- Transmissão *causa mortis*/doação em que figure como sucessor ou donatário a empresa pública prestadora de serviço postal;
- Transmissão *causa mortis*/doação de livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão, fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham;
- Doação de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, para o beneficiário do programa.

Redação ajustada para diferenciar imunidades relativas:

- às autarquias, às fundações e à empresa pública prestadora de serviço postal: refere-se às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes; e
- entidades religiosas, partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, incluídos os institutos científicos e tecnológicos: refere-se, exclusivamente, às suas finalidades essenciais.

Não incidência

- Incorpora na legislação o entendimento do STF no RE nº 1.363.013 sobre não incidência do ITCMD em repasses de planos VGBL/PGBL no texto; e
- Ajuste na redação para suprimir o termo “*contrato de risco*” e para prever a não incidência do tributo sobre o “*benefício devido em razão de contrato de previdência privada complementar, aberta ou fechada, de seguro, de pecúlio ou de similares negócios jurídicos onerosos com elementos de aleatoriedade, ainda que o beneficiário seja um terceiro*”

Inclusão de hipóteses de não incidência já reconhecidas pela jurisprudência, como:

- Renúncia pura e simples à herança ou legado em benefício do monte, desde que não tenha o renunciante praticado qualquer ato que demonstre aceitação da herança ou do legado;
- Extinção do fideicomisso;
- Transmissões ao *trustee* (presunção de onerosidade, salvo se gratuita);

- Transmissões do *trustee* ao beneficiário nos casos de o beneficiário ser o próprio instituidor ou a instituição do *trust* tiver decorrido de um negócio oneroso entre o instituidor e o beneficiário;
- Transmissão causa mortis em decorrência do falecimento de funcionário de missão diplomática ou de repartição consular de carreira, e de seus respectivos dependentes que com ele vivam, desde que o funcionário falecido não seja brasileiro ou estrangeiro com residência permanente no Brasil.

Momento de ocorrência do fato gerador:

- Inclui duas novas datas para transmissões *causa mortis*: (i) data provável do óbito indicada na sentença de declaração da morte presumida sem decretação da ausência; e (ii) data em que a lei autorizaria a abertura da sucessão definitiva, no caso de morte presumida com decretação de ausência, e
- Nas transmissões de bens imóveis por doação, a data da ocorrência do fato gerador passa a ser o momento da formalização do respectivo título translativo, assim considerado a escritura pública de doação ou documento equivalente passível de ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Base de cálculo:

- Será o valor de mercado do bem ou direito transmitido, com a dedução das dívidas do falecido;
- Inclui regras para bens móveis ou imóveis financiados ou adquiridos em consórcios: será o valor do bem acobertado por seguro prestamista; ou, nas demais hipóteses, o valor de mercado do bem, subtraído o valor presente do saldo devedor do financiamento ou consórcio;

- **Na transmissão de participação societária não negociada na bolsa de valores ou em balcão organizado:** será o valor de mercado dos bens que compõem o patrimônio líquido da empresa, acrescido do valor de mercado do fundo de comércio, conforme estabelecido na legislação do ente tributante.

Alíquotas progressivas até 8%: será considerado o enquadramento do valor da base de cálculo na faixa inicial e, naquilo que a exceder, na faixa subsequente, assim sucessivamente, a fim de assegurar a correta progressividade.

Sujeição ativa: alteração de regra para imóveis situados em mais de um Estado/DF, com o ITCMD sendo devido a cada ente federado segundo o valor de mercado da área do imóvel situado em seu território.

V. Tributos Municipais

ITBI: altera a base de cálculo do ITBI, que passará a ser o valor de mercado do imóvel em condições normais, definido por parâmetros técnicos de avaliação divulgados pelas administrações tributárias, facultado ao contribuinte a possibilidade de contestá-los, e cuja exigibilidade inicia-se com a formalização do título translativo.

COSIP (Contribuição para o Custeio, Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública): será regulamentada no CTN e poderá ser cobrada diretamente na fatura de energia elétrica.

VI. Mudanças na LC 214/2025

Fato gerador do IBS e da CBS: a Lei Complementar nº 227/2026 dá nova redação a alguns dispositivos da Lei Complementar 214, para esclarecer o local e momento de ocorrência do fato gerador em determinados tipos de operações, especialmente nas operações de execução continuada ou fracionada, como na locação de bens, e nas operações de energia elétrica realizadas de forma multilateral.

Associações civis sem fins econômicos: inclusão do inciso XII ao art. 6º da Lei Complementar nº 214/2025, determinando a não incidência de IBS/CBS sobre contribuições associativas estatutárias, de natureza não contraprestacional, e destinadas à manutenção de associações civis sem fins econômicos que atendam a determinados requisitos previstos no Código Tributário Nacional.

Plataformas digitais e marketplaces: O novo texto prevê a responsabilização solidária de plataformas digitais, no caso do fornecedor não emitir DFe com relação a operações realizada por meio da plataforma, e no caso de a plataforma não apresentar, ao CG-IBS e à RFB, as informações sobre as operações e importações com bens ou com serviços realizadas pela plataforma.

A plataforma fica desobrigada de recolher os acréscimos e penalidades no caso de emissão de DFe e recolhimento do IBS/CBS principal, no prazo de 30 dias contados da data em que o fornecedor deveria ter cumprido as obrigações. A nova redação conferida pelo PL também prevê a possibilidade de a plataforma atuar como substituta tributária do fornecedor, desde que com o seu consentimento.

Fundos de investimento: regras mais robustas, por exemplo, não considerando como contribuinte o FII ou FIAGRO detido por outro fundo, desde que esse último cumpra os requisitos de pulverização no mercado.

Requisitos de pulverização são diferentes daqueles previstos para a isenção do IR. Inclusão de disposição no sentido de que, se o cotista estiver sujeito a regime específico e o fundo seja contribuinte no regime regular, a parcela tributada no fundo e distribuída ao cotista não será tributada novamente.

Operações com energia elétrica: (i) aperfeiçoamentos e eliminação de ambiguidades nos arts. 11 e 28; (ii) destaque no art. 28 de que os consumidores livres continuarão acessando os sistemas de transmissão e distribuição regularmente; (iii) detalhamento da representação de consumidores livres por agentes varejistas nos arts. 11, 12 e 28, e (iv) explicitado no art. 28 o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações com energia elétrica;

Split payment: dispõe sobre mecanismos específicos do split payment, por exemplo, esclarecendo conceitos relevantes para sua operacionalização (e.g., definição de originadores da transação de pagamento, de transações de pagamento iniciadas pelo recebedor e pelo pagador).

O texto sancionado também altera o art. 33 dispondo que a originação de transação de pagamento sem identificação dos valores do IBS e CBS implica opção pelo procedimento simplificado desse mecanismo.

O texto sancionado revoga § 5º do art. 33, de forma que a opção não seja irretratável para o período de apuração.

Devolução e cancelamento de operações – Split payment: o §13 do art. 47 da LC nº 214/25 trata das hipóteses em que o pagamento do IBS e da CBS ocorre por liquidação financeira (split payment). Nesses casos, em havendo devolução ou cancelamento da operação, não é possível apenas apropriar créditos, pois os valores já foram pagos diretamente ao Fisco. Por essa razão, o dispositivo autoriza que o regulamento permita a devolução desses valores ao fornecedor, em até três dias úteis após o estorno do débito ou o momento em que seria possível a apropriação de crédito.

Benefícios a empregados: altera o art. 57, alíneas “f” e “h”, da LC nº 214/25, para retirar a exigência de acordo ou convenção coletiva de trabalho para permitir o aproveitamento de créditos sobre as aquisições de vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação disponibilizados aos empregados. A apuração do crédito nesses casos deverá observar os respectivos débitos do fornecedor de acordo com o disposto no regime de serviços financeiros e a disciplina aplicável aos arranjos de pagamento.

Venda de bens de uso ou consumo pessoal: inclui o §9º do art. 57 da LC nº 214/25 para estabelecer que, na venda de bens de uso ou consumo pessoal em que não houve apropriação de crédito na aquisição, o contribuinte poderá excluir da base de cálculo o valor de aquisição do bem, limitado ao valor da alienação, desde que o bem possa ser inequivocamente identificado.

Gratuidade das transações automatizadas – Apuração e cumprimento de obrigações acessórias: inclui o §4º do art. 58 da LC nº 214/25 para garantir que o acesso às transações automatizadas necessárias à apuração e ao cumprimento das obrigações acessórias, incluindo a integração com sistemas ERP, seja gratuito, irrestrito e transparente. Esse acesso passa a ser reconhecido como parte da infraestrutura pública essencial à implementação da Reforma Tributária, configurando um direito técnico dos contribuintes e uma obrigação institucional do Estado, e não um serviço de natureza comercial.

Unificação do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE): altera o § 5º do art. 59 para esclarecer que, neste momento, a unificação do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) ocorrerá apenas no âmbito do IBS. A medida evita conflito com o art. 333, que trata da futura criação de um sistema de comunicação eletrônica unificado entre a RFB e o Comitê Gestor do IBS, o qual poderá ser atribuído como DTE e utilizado por todas as administrações tributárias. Assim, a unificação do DTE para o IBS é um primeiro passo, enquanto a integração com a CBS dependerá da implementação dos sistemas e de acordo entre os entes federativos.

Redefinição do conceito de consumo - Importação: altera o art. 64 da LC nº 214/2025 para redefinir o conceito de consumo no País de serviços ou bens imateriais, inclusive direitos, a fim de determinar se há importação. Antes, considerava-se consumo a “utilização, exploração, aproveitamento, fruição ou acesso” do bem ou serviço. Agora, considera-se consumo quando o fornecimento for realizado por residente ou domiciliado no exterior: (i) cujo local da operação seja no País ou em que o adquirente; ou (ii) o destinatário tenha residência ou domicílio no País, nos demais casos.

Responsabilidade pelo recolhimento de IBS e CBS quando houver extravio de mercadorias: o art. 73 da LC nº 214/2025 estabelece que, entre outras hipóteses, transportadores e depositários serão responsáveis pelo IBS e pela CBS em substituição ao contribuinte quando houver extravio de mercadorias. Foi incluído parágrafo único nesse dispositivo para determinar que essa responsabilidade é excluída em casos fortuito ou força maior.

Possibilidade de pagamento do IBS e da CBS em momento posterior à entrega de bens materiais importados: revoga o §3º do art. 76 da LC nº 214/2025 que permitia o pagamento do IBS e da CBS em momento posterior à entrega dos bens materiais importados por sujeitos passivos certificados no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA).

Redefinição do conceito de consumo – Exportação: inclui o §1º-A do art. 80 da LC nº 214/2025 para redefinir o conceito de “consumo no País” de serviços ou bens imateriais, inclusive direitos, a fim de determinar se há exportação, complementando as hipóteses já previstas no §1º. O dispositivo adota critérios alinhados aos utilizados para importação, considerando consumo no exterior o fornecimento: (i) para local em que a operação seja fora do País, nos termos dos incisos II a IX do caput do art. 11 da LC nº 214/2025; ou (ii) em que o adquirente ou destinatário tenha residência ou domicílio no exterior. O §2º - revogado - presumia consumo no domicílio do adquirente no exterior quando o local não pudesse ser identificado.

Comprovação de exportações de bens materiais: inclui o art. 81-A da LC nº 214/2025 para disciplinar a comprovação das exportações de bens materiais, inclusive quando não houver saída física do território nacional. A exportação deverá ser comprovada mediante registro junto ao órgão competente ou conforme os procedimentos previstos na legislação aduaneira. O dispositivo estabelece que, caso não haja comprovação da exportação em até 180 dias da emissão da nota fiscal eletrônica, a operação será considerada tributada e devidos o IBS e a CBS, com os respectivos acréscimos. O regulamento poderá, contudo, ampliar esse prazo, conforme as características das operações.

Extensão do regime de suspensão do IBS e da CBS ao fornecimento de bens para uso ou consumo de bordo em aeronaves: inclui o parágrafo único ao art. 87 da LC nº 214/2025 para prever que se estende o regime de suspensão do IBS e da CBS ao fornecimento de bens para uso ou consumo de bordo em aeronaves e embarcações em tráfego internacional com destino ao exterior e entregues em zona primária alfandegada ou em porto organizado alfandegado.

Dispensa do pagamento do IBS e da CBS na importação de componentes e motores de aeronaves: altera o §4º do art. 89 da LC nº 214/2025 para incluir os componentes e motores de aeronaves entre as hipóteses de dispensa do pagamento do IBS e da CBS na importação temporária por arrendamento mercantil, realizada por contribuinte do regime regular; nesses casos, os tributos incidem apenas sobre as contraprestações do arrendamento mercantil, conforme o regime específico de serviços financeiros. Antes, a dispensa se aplicava somente às importações das aeronaves.

Fornecimento de combustível ou lubrificante de embarcações em tráfego internacional: altera o art. 90 da LC nº 214/2025 para incluir que se considera exportação o fornecimento de combustível ou lubrificante de embarcações em tráfego internacional e com destino ao exterior. Antes, tal previsão aplicava-se tão somente às aeronaves.

Incentivos fiscais para produção de hidrogênio de baixo carbono, após Reforma Tributária: a inclusão do § 7º do art. 106 assegura a continuidade dos benefícios fiscais do Rehidro na nova estrutura tributária estabelecida pela Lei Complementar nº 214/2025.

Medicamentos com alíquota zero: redesenha o regime de alíquota zero de IBS e CBS para medicamentos, com a revogação do rol fixo do Anexo XIV da LC 214/25. A lista dos medicamentos beneficiados será publicada e atualizada, a cada 120 dias, por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor, ouvido o Ministério da Saúde.

Passam a ter alíquota zero os medicamentos registrados na Anvisa destinados ao tratamento de doenças raras e negligenciadas, para oncologia, diabetes, HIV/Aids e doenças cardiovasculares, bem como os voltados ao Programa Farmácia Popular do Brasil (ou equivalente), além de soros e vacinas, conforme regulamentação sanitária.

Ajustes no Regime Específico de Combustíveis: atualiza o art. 172, que disciplina o regime específico dos combustíveis, para incluir, nos incisos I (gasolina) e III (óleo diesel), a expressão “e suas correntes”, abrangendo derivados como a nafta. Além disso, foi inserido o §1º para definir o alcance do novo termo e o §2º para autorizar que ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS estabeleça hipóteses de suspensão do IBS e da CBS em operações com hidrocarbonetos líquidos derivados de petróleo não combustíveis ou de gás natural, observadas as condições da LC 214.

Arranjos de pagamento: nos serviços prestados no âmbito dos arranjos de pagamento, a base de cálculo do IBS e da CBS corresponderá ao valor bruto da remuneração efetivamente recebida de participantes do arranjo, assegurado o direito ao crédito relativo às parcelas pagas para outros participantes, desde que os correspondentes débitos de IBS e CBS tenham sido regularmente extintos. Para viabilizar a operacionalização desse modelo de débito e crédito, o regulamento deverá prever prazos mais curtos de recolhimento do IBS e da CBS, bem como mecanismos de retenção e, eventualmente, de antecipação desses tributos. As informações necessárias à apuração dos créditos de IBS e CBS pelos estabelecimentos credenciados serão prestadas pelo contribuinte responsável pela liquidação dos valores (por exemplo, a credenciadora), na forma do regulamento, ficando dispensados o instituidor do arranjo e os demais participantes dessa obrigação.

Inclusão de Programas de Fidelização e de Proteção Patrimonial Mutualista no Regime de Serviços Financeiros: o texto final sancionado estabeleceu que as operações de administração de programas de fidelização e de proteção patrimonial mutualista passam a ser consideradas serviços financeiros. A inclusão de administradoras de programas de fidelização no regime específico aplicável a serviços financeiros se deu em razão da complexidade dessas operações, que envolvem a intermediação entre empresas que concedem pontos aos clientes e aquelas que os aceitam como pagamento por bens e serviços, sendo a remuneração baseada, principalmente, na margem (spread) dessa intermediação.

Infrações e Penalidades

Uniformização das penalidades: aplicação das mesmas penalidades pelo descumprimento de obrigações principal e acessórias propostas para o IBS para a CBS.

Base de cálculo das penalidades: cria o valor do tributo de referência para ser adotado como base de cálculo das penalidades por descumprimento de obrigação principal e acessória, inclusive com diferenciação entre o período de transição para o IBS entre 2027 e 2032.

Hipótese de desconto nas penalidades: Cria desconto sobre as multas nos casos de parcelamento de débitos. Na redação original o desconto está previsto somente nos casos de pagamento à vista.

Atenuante das multas: define que a redução de 75% para 50% das multas nos casos de tributo declarado a menor e não pago ou não recolhido, ocorrerá desde que o sujeito passivo apresente declaração que descreva corretamente o bem ou o serviço e as respectivas quantidades, bem como o valor da operação.

Multas majoradas: As penalidades por descumprimento de obrigação principal ou acessória nos casos de sonegação, fraude ou conluio, serão aplicadas no percentual de 100% do valor do tributo e nos casos de reincidência no percentual de 150%.

Alíquotas de referência estadual e municipal do IBS e da CBS: as alíquotas de referência serão calculadas com base na média da razão entre as receitas de referência Estaduais ou Municipais e o PIB do período de 2024 a 2026.

Penalidades relativas ao *split payment*: Institui penalidades não tributárias relativas ao *split payment* nas hipóteses em que os prestadores de serviços de pagamento eletrônico e as instituições operadoras de sistemas de pagamento não cumprirem o dever de (i) segregar os tributos do pagamento pela operação; (ii) recolher os valores aos cofres públicos, (iii) comunicar o procedimento às administrações tributárias e ao CGIBS. O texto sancionado cria tolerância de isentando de multas as infrações nestas situações anteriores se as transações em desconformidade com as regras do split não ultrapassaram 1% nos primeiros 24 meses de vigência e 0,5% após esse período.

Vigência dos créditos presumidos: alterado o início de vigência dos dispositivos referentes ao crédito presumido de IBS e CBS para 1º de janeiro de 2027, antes estabelecido para 1º de janeiro de 2026.

VII. Principais Vetos ao PLP 108

O Presidente da República encaminhou ao Congresso veto parcial ao PLP 108/2024, sob o argumento de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público de alguns trechos.

Os vetos agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Parlamentares podem manter ou derrubar os vetos, no todo ou em parte. Para a rejeição, é necessário o apoio da maioria absoluta em cada Casa com votação aberta (pelo menos 257 deputados, dos 513, e 41 senadores, dos 81).

Caso o veto seja derrubado, o trecho vetado será reincorporado ao texto da lei e segue para promulgação.

- Art. 165 do Projeto de Lei Complementar na parte que inclui o art. 35-A na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966: vetada a possibilidade de Municípios exigirem o ITBI antecipadamente, na lavratura de escritura pública ou documento particular com força de escritura pública. Ainda que o texto exigisse concordância dos contribuintes para a cobrança antecipada, o veto se deu para evitar insegurança jurídica na aplicação da norma.
- Art. 174 do Projeto de Lei Complementar na parte que altera o § 3º e o inciso III do § 4º do art. 12 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025: vetada alteração que transformava em desconto condicional o pagamento por meio de programa de fidelidade concedido de forma não onerosa pelo fornecedor. Desta forma, continua válida a regra da LC 214/2025 que trata a essa parcela como desconto incondicional. As razões dos vetos foram a elevação dos custos tributários, a geração de risco de perda de competitividade e o aumento de preços.

- Art. 174 do Projeto de Lei Complementar na parte que inclui o § 5º ao art. 116 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025: vetada a possibilidade de *cashback* em momento diverso da cobrança do IBS e da CBS para famílias de baixa renda, sob a justificativa de que a alteração na regra poderia prejudicar a devolução imediata e a política de universalização do acesso ao gás natural.
- Art. 174 do Projeto de Lei Complementar na parte que altera o inciso I do § 4º, § 5º e 8º, e inclui o § 10 ao art. 293 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025: vetada a redução da alíquota dos tributos federais unificados aplicáveis às SAFs (de 4% para 3%). Também foi vetado o trecho que definia que as receitas provenientes da cessão de direitos desportivos de atletas, bem como da transferência ou retorno de jogadores a outras entidades desportivas, não seriam incluídas na base de cálculo do pagamento mensal nos primeiros cinco anos-calendários de constituição da SAF. Os vetos ocorreram sob a justificativa de que ampliariam o gasto tributário do Governo e por vícios relativos a regras de renúncia de receita e à LDO 2026.
- Art. 174 do Projeto de Lei Complementar na parte que altera o inciso III do § 2º do art. 341-F da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025: vetada a disposição que buscava delimitar o conceito de simulação mediante remissão ao Código Civil, diante do entendimento de que tal vinculação poderia fragilizar os instrumentos de enfrentamento ao planejamento tributário abusivo.
- Art. 174 do Projeto de Lei Complementar na parte que altera o item 2 do Anexo VII da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025: vetada a inclusão de determinados produtos como *“alimentos líquidos naturais produzidos à base de vegetais, cereais, frutas, leguminosas, oleaginosas e tubérculos, ainda que mistos”* no grupo de *“leite fermentado, bebidas e compostos lácteos”*, o qual já está previsto no Anexo VII da LC 214/2025. O fundamento do veto foi de que a medida poderia ampliar indevidamente o escopo do benefício fiscal.